

## **ANEXO I**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**INTRODUÇÃO:** Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar o licenciamento de uso de softwares integrados de Gestão Pública, bem como conversão, implantação, treinamento, suporte técnico e backup do banco de dados.

#### **1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 18, § 1, inciso I):**

A cada dia que passa, torna-se mais evidente que é impossível gerir um órgão público sem a utilização de sistemas informatizados para execução de atividades operacionais, de gestão e controle.

As ações e atividades operacionais devem contribuir para agregar valor ao serviço público mediante tecnologias que viabilizem a execução de políticas públicas à população, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais, promovendo também maior eficiência, efetividade e confiança dos dados gerados.

Os impactos causados pelo avanço da tecnologia, com a inovação de recursos e soluções oferecidos pela área de TI, bem como a evolução dos órgãos fiscalizadores, direcionam os órgãos públicos a instrumentalizar a área administrativa com ferramentas da Tecnologia da Informação, de modo a otimizar os trabalhos e aprimorar o controle dos processos, custos, registros dos dados para a geração de relatórios gerenciais com informações rápidas e confiáveis para tomada de decisões visando a execução dessas políticas públicas, possibilitando, assim, maior eficácia e efetividade administrativa.

As inovações trazidas pela legislação dos órgãos fiscalizadores responsáveis pelo controle da gestão dos recursos públicos, como, por exemplo: Tribunais de Contas, Receita Federal, SICONFI, SIAFI, SIAFIC etc., contribuíram em larga escala para a modernização dos controles operacionais e gerenciais dos órgãos públicos, exigindo, inclusive, a reformulação dos procedimentos e alteração dos layouts para envio de dados padronizados para otimizar a leitura dos dados por meio dos softwares.

Acrescentam-se também as disposições das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ainda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elaborado e atualizado permanentemente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que trouxeram um enfoque Patrimonial para a contabilidade pública, obrigando todos os órgãos públicos a instrumentarem suas rotinas com o uso de ferramentas integradas para otimizar e facilitar maior controle das contas públicas. Desta forma, tudo o que se relaciona ao controle e gestão do Ativo Imobilizado deve ser realizado via sistema de gestão patrimonial e contábil.

Não menos importante, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, apresenta um capítulo exclusivo para tratar de Transparência em Gestão Fiscal e o art. 48 estabelece que a mesma será assegurada mediante a utilização de sistema integrado de gestão.

O uso de um Sistema Integrado de Informação e Gestão é essencial para garantir o adequado controle e a maior fidedignidade das informações relacionadas à administração pública, promovendo agilidade e eficiência na execução das atividades gerenciais, além de proporcionar a implantação de melhores práticas de mercado em processos críticos relacionados à atividade final do Município e atender às demandas estabelecidas pelo Órgão.

Neste sentido, a Prefeitura necessita de solução informatizada para Gestão Integrada dos processos de trabalho, incluindo desde a codificação das especificações até a fiscalização pelos órgãos controladores.

## **2 - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, § 1, inciso II):**

O Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano, com todas as especificidades que o compõem, de forma que a Administração está levantando esforços para sua implantação no exercício de 2026.

## **3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS (Art. 18, § 1, inciso III):**

Trata-se de objeto com características comuns e usuais encontradas no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

O objeto não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 3.144/2023.

O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

O objeto possui caráter continuado, fundamental para a manutenção das atividades do setor público municipal, cujo fornecimento possui necessidades permanentes ou prolongadas.

As particularidades de cada módulo/sistema estarão contidas nas *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO*.

**Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:**

- **Implantação dos sistemas:** serviços de migração de dados dos sistemas legados; conversão; customização, parametrização, desenvolvimento, realização de testes e implantação do sistema;
- **Treinamento:** usuários e administradores do sistema;
- **Licenciamento de uso:** cessão temporária de uso de software sistema integrado de Gestão Pública para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540/20;
- **Serviços de manutenção:** serviços técnicos especializados para atendimento a eventuais demandas do Município;
- **Backup de dados:** realizado diariamente.

### **Subcontratação:**

Não é permitido.

### **Garantia da contratação:**

Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

### **Garantia dos produtos/serviços:**

O prazo de garantia dos produtos/serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES - (Art. 18, § 1, inciso IV):**

Para a consecução do objeto, entendem-se necessários os seguintes quantitativos:

ITEM.	UND.	DESCRIÇÃO	QTDE
01	Und.	Conversão de Base de Dados, Implantação e Treinamento	01
02	Mês	Sistema Integrado de Contabilidade Pública e AUDESP	12
03	Mês	Sistema Integrado de Recursos Humanos – Folha de Pagamento	12
04	Mês	Sistema Integrado de Gestão de Receita – Arrecadação	12
05	Mês	Sistema Integrado de Saúde Pública	12
06	Mês	Sistema Integrado de Assistência Social	12
07	Mês	Sistema Integrado de Ensino	12
08	Mês	Sistema de comunicação, documentos e processos	12
09	Mês	Sistema Integrado de Controle Interno	12
10	Mês	Sistema Integrado de Cotação	12

#### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO/SOLUÇÃO - (Art. 18, § 1, inciso V):**

##### **Análise de Alternativas:**

**Solução Própria (Desenvolvimento Interno):** Exigiria equipe técnica especializada, alto tempo de desenvolvimento, custos recorrentes de manutenção e possíveis riscos de não cumprimento de prazos legais.

**Soluções Open Source:** Embora possam reduzir custos de licenciamento, demandam alta capacitação interna para suporte e atualizações, além da dúvida quanto à aderência às normativas.

**Soluções Proprietárias do Mercado Especializado:** Fornecedores consolidados no mercado de software público oferecem soluções prontas, adequadas às legislações, com suporte contínuo e atualizações regulares.

Dada a complexidade e especificidade da legislação pública, as soluções proprietárias de empresas especializadas no setor tendem a ser as mais adequadas, já trazendo configurações normativas e atendendo aos requisitos legais de forma mais célere.

#### **6 - ESTIMATIVA DO VALOR - (Art. 18, § 1, inciso VI):**

As estimativas do valor da contratação devem estar abarcadas por preços unitários referenciais, mediante documentos de cotações que lhes dão suporte, observados os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços que devem constar em documento separado e classificado.

Os métodos utilizados como parâmetros de obtenção dos preços deverão possibilitar economia de escala e devem se basear nas seguintes disposições, adotadas de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

#### **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - (Art. 18, § 1, inciso VII):**

A contratação refere-se à seleção da proposta mais vantajosa visando à contratação de empresa do ramo de tecnologia da informação para serviços de licença e locação de software integrado de gestão pública em estrutura web, bem como implantação, instalação, configuração, migração dos dados existentes nos atuais sistemas, treinamento dos servidores, suporte técnico, backup do banco de dados diariamente e manutenção mensal que garantam as alterações legais, corretivas e/ou evolutivas, bem como as atualizações de versão do sistema locado, para atender este município em suas aquisições e contratações de modo a cumprir fielmente o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

A solução escolhida leva em conta o estudo de mercado apresentado no item 04. Além disso, ao optar pela contratação do software/sistema de gestão pública juntamente com a assistência técnica e a equipe de profissionais da empresa contratada, espera-se obter resultados superiores em termos de economia de escala, custo-benefício, eficiência e agilidade nas atividades a serem executadas. Com essa abordagem, a administração não precisará recrutar novos funcionários nem sobrecarregar seu já limitado quadro de servidores para realizar tarefas de desenvolvimento, atualizações e adaptações.

As especificações técnicas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar - ETP, incluindo o detalhamento, requisitos e características dos serviços a serem contratados, foram elaboradas por este setor demandante com base em critérios técnicos objetivos, visando à melhor realização do interesse público.

#### **8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO - (Art. 18, § 1, inciso VIII):**

A interlocução com um único fornecedor simplifica e agiliza os trabalhos de diagnóstico e correção de problemas, assegurando economia à Prefeitura, por não ter seus trabalhos interrompidos por longo período à espera de soluções isoladas, como contratação de fornecedores de partes da solução.

Dessa forma, a solução deve ser desenvolvida de forma integrada (LOTE), sendo implementada, fornecida e implantada de maneira a proporcionar diversos benefícios diretos e indiretos à sociedade e a todos os níveis da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal.

Ainda, a CONTRATADA deverá atender a todas as exigências do Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

#### **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS - (Art. 18, § 1, inciso IX):**

Após análise das possibilidades, a opção mais adequada para a resolução da necessidade do município é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso e locação do software de gestão pública em ambiente web, demonstrando ser a mais vantajosa e ajustada para a execução pretendida.

Neste sentido, o resultado pretendido será, principalmente, o desempenho obtido com o uso dos recursos digitais, o que possibilita a eficiência e organização nas equipes de trabalho, automatizando as tarefas, que para os dias atuais seriam impensáveis executar as mesmas tarefas manualmente. Além disso, a solução escolhida fornece:

- Otimização de fluxos de trabalho e do acesso às informações internas, melhorias na comunicação entre setores/secretarias e simplificado acompanhamento dos processos;
- Fornece à Administração serviços de TI necessários ao atendimento institucional, mantendo as ferramentas de software consoante com as exigências atuais do mercado;
- Garante o funcionamento, padronização dos processos e permite a continuidade dos serviços públicos;
- Facilita a oferta de serviços à comunidade, com maior segurança e rapidez nas informações;
- Reduz riscos de invasão, tendo mais uma camada de proteção aos dados, evitando vulnerabilidades;
- Suporte técnico sem custos e com acesso ilimitado, via sistema de atendimento ou telefone;
- O suporte deve funcionar de segunda a sexta, das 8h às 17h;
- Evita/diminui quedas do provimento do serviço.

#### **10 - PROVIDÊNCIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO - (Art. 18, § 1, inciso X):**

Para assegurar a contratação de uma empresa especializada no licenciamento de softwares integrados de Gestão Pública antes do início da execução do contrato, a Administração deve adotar neste ETP as seguintes medidas:

**1. Levantamento de Necessidades:** Realizar um diagnóstico detalhado das necessidades da administração pública em relação ao software, identificando quais funcionalidades são essenciais e necessárias;

**2. Estudo de Mercado:** Conduzir um estudo de mercado para identificar as opções disponíveis, avaliar fornecedores e entender as melhores práticas e preços do setor.

**3. Elaboração do Termo de Referência:** Após a realização do presente ETP, criar um Termo de Referência ou Projeto Básico que contenha as especificações técnicas, requisitos, prazos, condições de fornecimento e critérios de avaliação das propostas é necessário e fundamental.

**4. Definição do Orçamento:** Estabelecer um orçamento que contemple todos os custos envolvidos, incluindo licenciamento, implementação, treinamento e suporte técnico.

**5. Aprovação Interna:** Obter as aprovações necessárias dos órgãos competentes dentro da administração, garantindo que todos os trâmites legais e administrativos sejam seguidos.

**6. Publicação do Edital:** Elaborar e publicar o edital de licitação, conforme a legislação vigente, garantindo a transparência e a ampla concorrência.

**7. Capacitação da Equipe:** Preparar a equipe responsável pela gestão do contrato, oferecendo capacitação sobre o software e as suas funcionalidades.

**8. Planejamento da Implementação:** Desenvolver, acaso se faça necessário, plano de implementação que inclua cronograma, etapas de execução e responsabilidades, para garantir uma transição suave e eficiente.

**9. Avaliação de Propostas:** Estabelecer critérios claros para a avaliação das propostas recebidas, assegurando que a escolha do fornecedor seja baseada em critérios técnicos e de custo-benefício.

**10. Assinatura do Contrato:** Após a seleção do fornecedor, formalizar a contratação por meio da assinatura do contrato, que deve detalhar todas as obrigações e direitos das partes envolvidas.

Essas medidas são fundamentais para garantir que a contratação ocorra de forma eficiente, transparente e conforme a legislação, assegurando que a Administração Pública atenda às suas necessidades de forma eficaz.

Ademais, essas informações estão pormenorizadas em tópicos deste ETP.

#### **11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1, inciso XI):**

Devido à natureza, não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes para o objetivo ser atingido, tendo em vista que a empresa vencedora é que irá realizar todo o procedimento de migrações, suportes e uso, prognóstico, dito, dos sistemas.

#### **12 - DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, § 1, inciso XII):**

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os seus requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

#### **13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1, inciso XIII):**

Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada à Prefeitura Municipal de Taiuva, tendo em vista a disponibilidade deste objeto/solução no mercado e a continuidade desse tipo de serviço é crucial para o cumprimento de normas, bem como exigências de órgãos fiscalizadores.

Pelo que foi constatado nos estudos preliminares, considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não observando óbices ao seu procedimento.